ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: ESCOLA, COMUNIDADE E SUSTENTABILIDADE NO PARQUE ESTADUAL DA PIMENTEIRA

Maria Neuma Paulino[1]
Maria Natana Santos Araújo[2]

INTRODUÇÃO

A intensificação dos problemas socioambientais demonstra que a conservação da natureza não pode depender exclusivamente de dispositivos legais, fiscalização ou intervenções técnicas. Sua efetividade requer processos educativos capazes de produzir conhecimentos, valores e formas de participação social comprometidas com a transformação das relações entre sociedade e natureza. Nessa perspectiva, a educação ambiental constitui uma prática político-pedagógica que ultrapassa a transmissão de informações ecológicas e a prescrição de comportamentos individuais, articulando cidadania, corresponsabilidade, justiça social e sustentabilidade (Jacobi, 2003). Nas Unidades de Conservação, essa dimensão formativa torna-se especialmente relevante, pois contribui para aproximar as normas de proteção das experiências, necessidades e saberes das comunidades territorialmente vinculadas às áreas protegidas.

Situada nesse horizonte, a presente pesquisa discute as ações de educação ambiental desenvolvidas no Parque Estadual Mata da Pimenteira, em Serra Talhada-PE, examinando suas contribuições para a conscientização socioambiental e para a formação de sujeitos comprometidos com a conservação da Caatinga. Busca-se compreender como integrantes do Conselho Gestor e moradores da zona de amortecimento percebem as práticas educativas realizadas na unidade, bem como identificar mudanças na compreensão da fauna, da flora e dos recursos naturais, analisar a articulação entre escola, comunidade e gestão pública e reconhecer os obstáculos à continuidade dessas iniciativas. A relevância do estudo reside na valorização das narrativas dos sujeitos envolvidos, permitindo compreender não apenas a existência institucional das ações, mas os sentidos, aprendizagens e transformações produzidos no cotidiano territorial.

A investigação possui abordagem qualitativa e fundamenta-se em entrevistas narrativas realizadas com integrantes do Conselho Gestor e moradores da zona de amortecimento do Parque. Os relatos foram organizados em categorias relacionadas à

[1] Mestranda em Ciências da Educação da Enber University, neumma.santos@hotmail.com;
[2] Mestra em Ensino de Geografia pela UFCG, nattana.10@hotmail.com;

ISSN: 2358-8829

valorização da biodiversidade, às mudanças de comportamento, à participação comunitária, ao diálogo entre conhecimentos científicos e saberes locais e aos desafios de permanência das ações. A interpretação foi orientada pelos pressupostos da educação ambiental crítica, da aprendizagem social, da gestão participativa de Unidades de Conservação e da Educação para a Sustentabilidade.

Os resultados indicam que palestras, oficinas, trilhas interpretativas, atividades escolares, formação de Agentes Populares em Educação Ambiental e projetos produtivos sustentáveis ampliaram o reconhecimento do Parque como espaço ecológico, educativo e social. As narrativas revelam que a conservação passou a ser compreendida para além de sua dimensão proibitiva, associando-se à proteção da biodiversidade, à qualidade de vida e às possibilidades de desenvolvimento comunitário. Também foram identificadas mudanças relacionadas à valorização da fauna e da flora, ao questionamento de práticas predatórias e ao reconhecimento dos conhecimentos locais. Persistem, contudo, dificuldades referentes ao financiamento, à continuidade dos projetos, à participação sistemática das escolas e à institucionalização das atividades. Conclui-se que a educação ambiental territorializada pode fortalecer a articulação entre escola, comunidade e gestão pública, desde que seja desenvolvida de maneira contínua, participativa e comprometida com o reconhecimento dos moradores como sujeitos ativos da conservação.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida no Parque Estadual Mata da Pimenteira, localizado em Serra Talhada-PE. Participaram do estudo integrantes do Conselho Gestor da Unidade de Conservação e moradores de sua zona de amortecimento, selecionados intencionalmente em razão de sua vinculação com o território e de suas experiências nas ações de educação ambiental. A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas narrativas, conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado com questões relacionadas às atividades educativas realizadas no Parque, às mudanças percebidas nas práticas comunitárias, à valorização da Caatinga e aos desafios enfrentados para a continuidade das iniciativas. As entrevistas foram registradas, mediante autorização dos participantes, transcritas e complementadas por anotações em diário de campo. Também foram consultados documentos institucionais, como o Plano de Manejo da unidade, legislações ambientais e registros das ações educativas desenvolvidas no território.

ISSN: 2358-8829

Os dados foram examinados mediante análise temática, com leitura integral das narrativas, identificação de unidades de sentido e organização dos achados em categorias analíticas referentes à conservação ambiental, à articulação entre escola e comunidade, ao diálogo entre conhecimentos científicos e saberes locais e à continuidade das ações educativas. A interpretação foi orientada pelos pressupostos da educação ambiental crítica, da aprendizagem social, da gestão participativa e da Educação para a Sustentabilidade. Por envolver participantes humanos, foram observados os princípios de participação voluntária, confidencialidade, anonimato e esclarecimento prévio sobre os objetivos da pesquisa, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando-se as normas éticas aplicáveis e a eventual apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição responsável. Imagens, fotografias ou registros audiovisuais somente poderão ser utilizados mediante autorização expressa dos participantes e indicação de autoria ou fonte, assegurando-se o respeito ao direito de imagem e à proteção da identidade dos envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação ambiental constitui um campo plural, marcado por diferentes concepções de natureza, sociedade, educação e sustentabilidade. Em suas formulações iniciais, muitas práticas concentraram-se na sensibilização ecológica, na transmissão de conhecimentos e na mudança de comportamentos individuais. Embora relevantes para a difusão de preocupações relacionadas à biodiversidade, à poluição e ao desperdício, tais abordagens podem limitar a crise ambiental a condutas pessoais, sem considerar devidamente os processos econômicos, políticos e sociais que produzem degradação e desigualdade (Layrargues; Lima, 2014).

Ao analisarem o campo brasileiro, Layrargues e Lima (2014) identificam três macrotendências político-pedagógicas: conservacionista, pragmática e crítica. A vertente conservacionista privilegia o contato com a natureza e a transformação de hábitos; a pragmática enfatiza o consumo responsável, a reciclagem e a eficiência no uso dos recursos; a crítica relaciona os problemas ambientais às desigualdades, às relações de poder e aos modelos de desenvolvimento. A perspectiva crítica não rejeita ações de sensibilização ou redução de impactos, mas procura inseri-las em uma compreensão histórica e política mais ampla, considerando os interesses envolvidos na apropriação dos recursos e as responsabilidades diferenciadas dos agentes sociais.

Nessa direção, Lima (2009) compreende a educação ambiental crítica como resultado da articulação entre socioambientalismo, educação popular, ecologia política e movimentos sociais. Essa abordagem contesta a ideia de que todos os sujeitos seriam igualmente

ISSN: 2358-8829

responsáveis pela crise ambiental, uma vez que governos, empresas, grupos econômicos e comunidades possuem capacidades distintas de explorar recursos e produzir danos. Educar criticamente significa, portanto, possibilitar que os sujeitos compreendam os conflitos socioambientais e participem da construção de alternativas socialmente justas e ecologicamente sustentáveis. Para Jacobi (2003), essa formação deve promover cidadania, corresponsabilidade e participação, desenvolvendo capacidades de análise, decisão e intervenção na realidade.

Essa concepção aproxima-se das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que atribuem à educação uma função transformadora e emancipatória. A dimensão ambiental não deve constituir conteúdo ocasional ou isolado, mas elemento integrado às práticas pedagógicas, relacionando ambiente, direitos humanos, cultura, trabalho, consumo, saúde e diversidade (Brasil, 2012). A interdisciplinaridade torna-se necessária porque os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras disciplinares. A degradação da Caatinga, por exemplo, envolve aspectos biológicos, econômicos, históricos, territoriais e culturais, não podendo ser explicada exclusivamente pelas Ciências da Natureza.

As Unidades de Conservação desempenham função estratégica na proteção da biodiversidade, mas sua criação também altera relações sociais, práticas econômicas e formas de uso do território. A instituição de uma área protegida introduz normas, restringe determinadas atividades e incorpora novos atores aos processos de decisão. Por essa razão, uma Unidade de Conservação deve ser compreendida como território socioecológico, no qual se confrontam conhecimentos, interesses, necessidades e projetos de futuro. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação determina a participação das populações locais na implantação e na gestão dessas áreas, além de prever ações educativas, pesquisa científica e cooperação institucional (Brasil, 2000).

Loureiro e Cunha (2008) argumentam que a gestão participativa somente se efetiva quando os diferentes grupos possuem condições reais de compreender e influenciar as decisões. A existência de um Conselho Gestor não assegura, isoladamente, participação democrática, pois os representantes podem ocupar posições desiguais quanto ao acesso às informações e ao domínio da linguagem técnica. A educação ambiental deve contribuir para reduzir essas assimetrias, favorecer a circulação de conhecimentos e ampliar a capacidade de intervenção dos sujeitos. Participar não significa apenas comparecer a reuniões, mas acessar informações, elaborar argumentos, negociar interesses e exercer controle social sobre as políticas ambientais.

ISSN: 2358-8829

Nesse sentido, o Conselho Gestor também pode funcionar como espaço educativo e político. Nele, gestores, pesquisadores, professores e moradores compartilham conhecimentos e constroem respostas para problemas territoriais. Jacobi, Tristão e Franco (2009) denominam esse movimento de aprendizagem social, entendida como processo colaborativo de produção de conhecimentos e enfrentamento de situações complexas. Nenhum ator possui, isoladamente, todos os saberes necessários à conservação; por isso, as diferentes experiências precisam ser colocadas em diálogo.

A escola possui papel relevante nesse processo, pois pode aproximar os conteúdos ambientais das experiências dos estudantes e de suas famílias. Metodologias participativas, como trilhas interpretativas, observação da paisagem, entrevistas com moradores e projetos de intervenção, permitem investigar problemas locais e produzir conhecimentos contextualizados. Segundo Santos e Jacobi (2017), o reconhecimento do ambiente local pode fortalecer a aprendizagem social e a participação das instituições escolares nos processos de conservação. O território deixa, assim, de ser simples cenário e passa a constituir fonte de conhecimentos, questões e experiências educativas.

A articulação entre escola e Unidade de Conservação permite compreender o Parque como território educativo ampliado. A vegetação, os animais, as paisagens, as áreas degradadas e os conflitos de uso dos recursos tornam-se objetos de investigação e interpretação. O contato com o ambiente pode ser associado aos conhecimentos científicos e às narrativas comunitárias, enquanto os estudantes atuam como mediadores entre escola, família e comunidade. Essa aproximação, contudo, precisa ser contínua e integrada ao planejamento pedagógico, à formação docente e às políticas de gestão, evitando que a educação ambiental permaneça limitada a visitas ou projetos ocasionais.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável, sistematizada pela UNESCO, propõe que os processos educativos contribuam para transformar instituições, formas de vida e relações com o ambiente. O roteiro da UNESCO estabelece como áreas prioritárias as políticas públicas, os ambientes educacionais, a formação de educadores, a participação da juventude e as ações locais (UNESCO, 2020). A meta 4.7 da Agenda 2030 também associa sustentabilidade, direitos humanos, diversidade cultural, cidadania global e cultura de paz (Nações Unidas, 2015).

Entretanto, o conceito de sustentabilidade precisa ser utilizado criticamente, pois sua ampla difusão pode ocultar as estruturas econômicas e políticas responsáveis pela degradação. Uma educação centrada apenas na recomendação de comportamentos sustentáveis pode transferir aos indivíduos responsabilidades que também pertencem ao Estado, às empresas e

ISSN: 2358-8829

aos modelos produtivos. A articulação entre Educação para a Sustentabilidade e educação ambiental crítica permite compreender a sustentabilidade como construção coletiva de condições ecológicas, econômicas e políticas que assegurem biodiversidade, justiça social e participação democrática (Lima, 2009; Layrargues; Lima, 2014).

No contexto da Caatinga, essa abordagem requer uma educação territorializada, atenta às singularidades ecológicas do bioma e às condições sociais das populações sertanejas. Práticas como retirada de madeira, queimadas, superpastoreio e degradação da vegetação não devem ser explicadas apenas pelo desconhecimento ambiental, mas relacionadas às necessidades econômicas, às políticas públicas e às formas históricas de ocupação do território. Araújo e Souza (2011) destacam que a educação sobre desertificação se torna mais significativa quando articula conhecimento científico, experiências comunitárias e problemas locais. A contextualização permite compreender a Caatinga não como espaço abstrato ou biologicamente pobre, mas como ambiente complexo, culturalmente significativo e indispensável à vida das comunidades.

No Parque Estadual Mata da Pimenteira, essa perspectiva fundamenta a realização de palestras, oficinas, trilhas interpretativas, ações escolares, formação de agentes comunitários e iniciativas produtivas sustentáveis. Tais práticas possibilitam compreender o Parque não apenas como área de proteção de espécies, mas como espaço de formação socioambiental e construção de novas relações entre comunidade e natureza. A conservação torna-se mais consistente quando os moradores reconhecem as funções ecológicas do território, participam das decisões e identificam formas de desenvolvimento compatíveis com a preservação.

A perspectiva teórica desta pesquisa articula, portanto, educação ambiental crítica, gestão participativa, aprendizagem social, territorialização e sustentabilidade. Esses eixos permitem analisar as ações desenvolvidas no Parque Estadual Mata da Pimenteira não somente por sua capacidade de transmitir conteúdos, mas também por sua contribuição para fortalecer o pertencimento, a participação comunitária, o diálogo entre saberes e a transformação das práticas cotidianas. A educação ambiental adquire sentido transformador quando deixa de tratar a natureza de maneira abstrata e passa a discutir, com os sujeitos do território, as condições sociais, políticas e ecológicas necessárias à sua preservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos indicam que as ações educativas contribuíram para modificar a percepção dos participantes sobre a conservação ambiental. O Parque, antes associado principalmente à fiscalização, às proibições e à restrição do uso dos recursos naturais, passou a ser reconhecido

ISSN: 2358-8829

também como espaço de proteção da biodiversidade, promoção da qualidade de vida e desenvolvimento comunitário. Palestras, oficinas, trilhas interpretativas e atividades formativas aproximaram as normas ambientais das experiências cotidianas dos moradores, favorecendo uma compreensão da preservação como responsabilidade compartilhada. Esse resultado aproxima-se da perspectiva de Loureiro e Cunha (2008), para quem a gestão participativa depende da democratização das informações e do envolvimento dos sujeitos nas decisões territoriais.

As narrativas também evidenciam maior valorização da Caatinga, especialmente de sua fauna, flora e diversidade ecológica. As atividades contribuíram para questionar representações que reduzem o bioma à seca, à escassez e à pobreza natural. Conforme Araújo e Souza (2011), a educação ambiental contextualizada favorece a compreensão da Caatinga quando relaciona conhecimentos científicos, problemas locais e experiências comunitárias.

Foram ainda mencionadas mudanças relacionadas ao questionamento de práticas predatórias e ao reconhecimento da importância da proteção dos animais e da vegetação. Esses resultados devem ser interpretados com cautela, pois transformações comportamentais não decorrem exclusivamente de ações educativas. Entretanto, os relatos demonstram que as experiências realizadas estimularam reflexão sobre as relações estabelecidas com os recursos naturais. Nessa direção, Layrargues e Lima (2014) defendem que a educação ambiental crítica deve relacionar comportamentos individuais às condições sociais, econômicas e políticas que os produzem.

A segunda categoria evidencia a aproximação entre conhecimentos escolares, informações científicas e saberes comunitários. As trilhas interpretativas, oficinas e atividades com estudantes possibilitaram que conteúdos ambientais fossem compreendidos a partir da observação do próprio território. A paisagem, os animais, a vegetação e as áreas degradadas passaram a constituir elementos pedagógicos, transformando o Parque em espaço educativo ampliado. Ao relacionar os conteúdos escolares aos problemas da comunidade, a educação ambiental torna-se mais significativa e favorece a construção de vínculos de pertencimento. Os resultados também mostram que os conhecimentos dos moradores sobre chuvas, plantas, animais e transformações da paisagem foram colocados em diálogo com informações científicas e instrumentos de gestão. Essa interlocução contribuiu para reduzir a percepção do Parque como instituição distante da comunidade. Outrossim, a formação de Agentes Populares em Educação Ambiental ampliou a circulação dos conhecimentos no território, permitindo que os participantes atuassem como mediadores entre gestão, escola, famílias e comunidade. Esse movimento aproxima-se da aprendizagem social discutida por Jacobi,

ISSN: 2358-8829

Tristão e Franco (2009), baseada na colaboração, na participação e na construção coletiva de respostas para problemas socioambientais.

A terceira categoria reúne os principais desafios identificados. Embora as ações educativas tenham produzido resultados positivos, os participantes destacaram dificuldades relacionadas ao financiamento, à continuidade dos projetos, à participação sistemática das escolas e à institucionalização das atividades. A dependência de parcerias temporárias pode interromper processos formativos e enfraquecer os vínculos construídos com a comunidade. Esse resultado revela uma distância entre o princípio legal da educação ambiental como prática contínua e as condições concretas de sua realização. A Lei nº 9.795/1999 estabelece que a educação ambiental deve possuir caráter permanente e articulado aos diferentes espaços educativos (Brasil, 1999). Para que isso ocorra, as ações precisam integrar o planejamento, o orçamento e a gestão da Unidade de Conservação. Também se mostrou necessário fortalecer a articulação com as escolas, incorporando as atividades do Parque aos projetos pedagógicos e à formação dos professores. Visitas e oficinas pontuais são relevantes, mas não substituem um trabalho contínuo e integrado ao currículo.

Outro aspecto identificado nas narrativas refere-se ao fortalecimento do pertencimento territorial. À medida que os participantes passaram a reconhecer a biodiversidade e as funções ecológicas do Parque, a Unidade de Conservação deixou de ser percebida apenas como uma área administrada pelo poder público e passou a integrar mais diretamente as referências simbólicas e sociais da comunidade. Esse pertencimento não decorre simplesmente da proximidade geográfica, mas da construção de vínculos produzidos pela participação, pelo conhecimento e pela possibilidade de intervenção. Nessa perspectiva, a educação ambiental atua também sobre a dimensão identitária, pois contribui para que os sujeitos se reconheçam como integrantes de um território cuja preservação envolve memória, cultura e continuidade da vida comunitária. Para Jacobi (2003), a corresponsabilidade ambiental se fortalece quando os indivíduos compreendem sua inserção nos processos coletivos e reconhecem a participação como dimensão constitutiva da cidadania.

As iniciativas produtivas sustentáveis também foram percebidas como importantes para aproximar conservação ambiental e desenvolvimento comunitário. Os relatos sugerem que a preservação se torna mais compreensível quando acompanhada de alternativas capazes de conciliar geração de renda, valorização dos conhecimentos locais e utilização responsável dos recursos naturais. Essa constatação é relevante porque impede que a proteção ambiental seja apresentada como simples negação das necessidades econômicas da população. A sustentabilidade, nesse caso, não corresponde à exploração ilimitada dos recursos nem à

ISSN: 2358-8829

interdição absoluta de qualquer atividade humana, mas à construção de formas de produção compatíveis com a capacidade ecológica do território. Conforme Lima (2009), uma educação ambiental crítica precisa relacionar a conservação às condições concretas de existência, evitando responsabilizar individualmente os sujeitos sem considerar as estruturas econômicas e sociais que condicionam suas práticas.

Por fim, os resultados evidenciam a necessidade de mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação das ações educativas. A realização de oficinas, trilhas e formações constitui etapa fundamental, mas a identificação de seus efeitos requer escuta continuada dos participantes, registro das experiências e revisão periódica das estratégias adotadas. A avaliação não deve restringir-se à quantidade de atividades ou ao número de participantes, devendo considerar mudanças de percepção, ampliação da participação comunitária, circulação dos conhecimentos e fortalecimento das relações entre Parque e escolas. Esse acompanhamento pode contribuir para reconhecer limites, aperfeiçoar metodologias e impedir que as ações sejam repetidas de maneira automática. Assim, a educação ambiental configura-se como processo aberto e reflexivo, cuja qualidade depende da capacidade de aprender com o próprio território e com os sujeitos que o constituem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que as ações de educação ambiental desenvolvidas no Parque Estadual Mata da Pimenteira contribuíram para ampliar a compreensão da comunidade acerca da conservação da Caatinga, ressignificando o Parque como espaço ecológico, educativo e social. As narrativas analisadas evidenciaram maior valorização da fauna, da flora e dos saberes territoriais, bem como o fortalecimento de vínculos entre escola, comunidade e gestão pública. Palestras, oficinas, trilhas interpretativas, atividades escolares e formação de agentes ambientais mostraram-se relevantes para deslocar a preservação de uma perspectiva exclusivamente normativa para uma concepção baseada em pertencimento, participação e responsabilidade compartilhada.

No campo da aplicação empírica, os resultados indicam a necessidade de incorporar a educação ambiental de maneira permanente ao planejamento da Unidade de Conservação e das instituições escolares do entorno. A continuidade das ações, a formação de professores e agentes comunitários, o fortalecimento do Conselho Gestor e o desenvolvimento de iniciativas produtivas sustentáveis podem ampliar os efeitos formativos observados. Para a comunidade científica, o estudo reforça a importância de analisar as Unidades de Conservação como territórios educativos e socioecológicos, nos quais conhecimentos científicos,

experiências comunitárias e políticas públicas devem ser articulados. Essa perspectiva pode subsidiar projetos de extensão, programas de formação, estratégias de gestão participativa e práticas pedagógicas contextualizadas em outros territórios da Caatinga.

Embora os resultados revelem contribuições relevantes, também apontam limites relacionados ao financiamento, à descontinuidade dos projetos e à necessidade de maior institucionalização das ações. Recomenda-se, portanto, a realização de novas pesquisas que acompanhem longitudinalmente as mudanças de percepção e comportamento, investiguem a participação de estudantes e professores e avaliem os impactos das iniciativas sustentáveis sobre a vida comunitária. Estudos comparativos com outras Unidades de Conservação da Caatinga também poderão ampliar a compreensão sobre as condições que favorecem ou dificultam a articulação entre educação, participação social e preservação. Conclui-se que a educação ambiental territorializada, crítica e contínua constituem instrumento relevante para fortalecer a conservação da biodiversidade e formar sujeitos capazes de participar democraticamente da construção de futuros sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristina de Sousa Felizola; SOUSA, Antonio Nóbrega de. Estudo do processo de desertificação na Caatinga: uma proposta de educação ambiental. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 17, n. 4, p. 975-986, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000400013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/CnLrG53pwhF6mX3YmQbCw7v/. Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, p. 70, 18 jun. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2012/rcp002_12.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 28 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 28 jul. 2026.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. DOI:

ISSN: 2358-8829

https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/. Acesso em: 28 jul. 2026.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000100005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sztTbnHjcDMM9SpxtPkcjWd/. Acesso em: 28 jul. 2026.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-44220003500. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/. Acesso em: 28 jul. 2026.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/tSMJ3V4NLmxYZZtmK8zpt9r/. Acesso em: 28 jul. 2026.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, jul./dez. 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/xT99ttVXqTpmsY3XcZvYfMv/. Acesso em: 28 jul. 2026.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Nações Unidas, 2015. Resolução A/RES/70/1. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.

PERNAMBUCO. Decreto nº 37.823, de 30 de janeiro de 2012. Cria o Parque Estadual Mata da Pimenteira, localizado no Município de Serra Talhada, neste Estado. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2012. Disponível em: https://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/dec37823de12.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. **Parque Estadual Mata da Pimenteira: plano de manejo**. Coordenação de Giannina Cysneiros Bezerra e Hélvio Polito Lopes Filho. Recife: SEMAS; CPRH, 2013. 90 p. Disponível em: https://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/PE-Mata-da-Pimenteira-22-11-2013.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.

SANTOS, Vânia Maria Nunes dos; JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ambiente e aprendizagem social: metodologias participativas para geoconservação e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 98, n. 249, p. 522-540, maio/ago. 2017. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2758. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Mmk6PMNQGLwnWfWV4jJ3tPh/. Acesso em: 28 jul. 2026.

ISSN: 2358-8829

UNESCO — ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Education for sustainable development: a roadmap**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/education-sustainable-development-roadmap. Acesso em: 28 jul. 2026.